

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MBA EM CONTROLADORIA E FINANÇAS

JANAÍNA MEDEIROS

O IMPACTO DAS ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS NOS INDICADORES
ECONÔMICO-FINANCEIROS DE UMA EMPRESA DO VALE DO RIO DOS SINOS.

SÃO LEOPOLDO

2013

JANAÍNA MEDEIROS

O IMPACTO DAS ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS NOS INDICADORES
ECONÔMICO-FINANCEIROS DE UMA EMPRESA DO VALE DO RIO DOS SINOS.

Projeto apresentado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para aprovação do curso MBA Controladoria e Finanças.

Orientador: Prof.Ms. Clóvis Antônio Kronbauer

São Leopoldo

2013

São Leopoldo, 30 de Setembro de 2013.

Considerando que o Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Janaína Medeiros encontra-se em condições de ser avaliado, recomendo sua apresentação oral e escrita para avaliação da Banca Examinadora, a ser constituída pela coordenação do Curso de MBA em Controladoria e Finanças.

Clóvis Antônio Kronbauer
Professor Orientador

RESUMO

A análise das demonstrações financeiras em uma empresa está sendo cada vez mais indispensável para o acionista e essencial para a geração de informações sobre o desempenho organizacional, auxiliando nas tomadas de decisões e análise da situação econômico-financeira.

Contudo estas informações começaram a não atender inteiramente ao que se propuseram, pois começaram a diferenciar-se em virtude das normas contábeis inerentes a cada País ou agrupamento de países.

A convergência das normas contábeis, que iniciaram em algumas empresas em 2008, trouxe a harmonização das demonstrações financeiras e uma realidade para a análise dos indicadores econômico-financeiros.

O objetivo deste trabalho é analisar os indicadores econômico-financeiros, sob a perspectiva de diferentes normas contábeis, a brasileira lei nº 6.404/76 (BR GAAP) e as normas internacionais (IFRS). Para tanto, realizou-se uma pesquisa quantitativa, pois analisou os indicadores financeiros das demonstrações financeiras de uma empresa de característica LTDA (limitada) situada no vale dos Sinos RS, com base nas declarações financeiras fornecidas pela empresa estudada.

Verificou-se neste estudo que os fatores que contribuíram para a divergência entre os referidos índices são relacionados às contas contábeis: contas a receber, estoques, imobilizado-Intangível e fornecedores.

ABSTRACT

The analysis of financial statements for a company is being increasingly indispensable for shareholders and essential for the generation of information about organizational performance, assisting in decision-making and analysis of economic and financial situation. However this information began to not fully attend to what is proposed, it began to differentiate itself by virtue of accounting standards inherent in each Country or group of countries.

The convergence of accounting standards, which in some companies started in 2008, brought the harmonization of financial statements and a reality for the analysis of economic and financial indicators.

The objective of this work is to analyze the financial and economic indicators from the perspective of different accounting standards, the Brazilian Law No. 6.404/76 (BR GAAP) and international standards (IFRS). Therefore, we carried out a quantitative research, as analyzed financial indicators of the financial statements of a company characteristic LTDA (Limited) located in São Leopoldo, RS, based on the financial statements provided by the company studied.

It was found in this study that the factors that contributed to the discrepancy between these indices are related to ledger accounts: accounts receivable, inventories, fixed assets, intangible assets and suppliers.

SUMÁRIO

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	8
1.2 OBJETIVOS	8
1.2.1 Objetivo Geral	8
1.2.2 Objetivos Específicos.....	8
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	9
2.1 MUDANÇAS NORMATIVAS DE CONTABILIDADE.....	9
2.1.1 Normas Contábeis Vigentes.....	10
2.1.2 Estrutura do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício	15
2.1.3 Análise das Demonstrações Contábeis.....	18
2.1.4 Análise Financeira	20
2 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	27
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	27
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	28
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	28
3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO E ESTUDO	29
REFERÊNCIAS	38
ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL 2009	40
ANEXO B – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2009	42
ANEXO C – BALANÇO PATRIMONIAL 2012	44
ANEXO D – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2012.....	46

1 INTRODUÇÃO

Diante da importância do tema abordado e tendo em vista o momento vivido no País, no que tange à contabilidade, percebeu-se não somente a importância, como o quanto é oportuno analisar as demonstrações financeiras e sua comparabilidade diante das mudanças advindas da harmonização contábil aos padrões internacionais.

Visando assegurar a confiabilidade das demonstrações e harmonizar as informações financeiras, para o melhor funcionamento dos mercados de capitais e promover aos investidores a manutenção nos mercados financeiros, foi proposto pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão emissor do conjunto de normas internacionais, um processo de convergência para as regulamentações contábeis internacionais, a *International Financial Reporting Standards* (IFRS), que é extremamente significativo em favor da convergência contábil

De acordo com Beuren e Brandão (2001) essa conjuntura econômica estimula a competitividade em nível global, permitindo que acordos comerciais surjam entre os países, e nesse sentido a contabilidade deverá favorecer aos seus usuários relatórios confiáveis e úteis. Diante disso, os agentes econômicos necessitam de uma contabilidade que possa ser compreendida e analisada em todos os países e que possam manter esses acordos comerciais.

No Brasil, está em vigor a lei das sociedades por ações (lei n. 6404/76 e alterações recentes) e as normas contábeis emitidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC); a partir dos pronunciamentos do CPC (Comitê de pronunciamentos contábeis), órgão que busca a harmonização contábil, com o objetivo da convergência da contabilidade brasileira nos padrões internacionais. O conjunto destas leis e normas, usualmente, denomina-se como BRGAAP, ou seja, os padrões contábeis brasileiros.

É nesse contexto que o estudo se encontra, trazendo uma proposta de análise comparativa dos índices econômico-financeiros sob a perspectiva do US GAAP e IFRS/ BR GAAP. Buscando identificar, por meio das demonstrações financeiras de uma empresa do Vale dos Sinos, qual o impacto nos indicadores financeiros nos exercícios de 2009 e 2012, período que abrange a adesão à nova normativa e coincide com sua reestruturação no âmbito administrativo e contábil.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Diante da nova proposta de convergência internacional da contabilidade e da necessidade de adaptar-se a essas mudanças, juntamente com a reestruturação sofrida pela empresa estudada durante os últimos dois anos, surge a seguinte pergunta no aspecto econômico contábil: Qual o impacto da adoção de práticas contábeis harmonizadas aos padrões internacionais, em indicadores econômico-financeiros de uma empresa sediada na região do Vale do Rio dos Sinos?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O trabalho tem por objetivo avaliar o impacto da adoção de práticas contábeis harmonizadas aos padrões internacionais, em indicadores econômico-financeiros de uma empresa sediada na região do Vale do Rio dos Sinos.

1.2.2 Objetivos Específicos

Este trabalho tem por objetivos específicos:

- 1- Apresentar os órgãos regulamentadores e os conceitos da harmonização e a convergência brasileira;
- 2- Analisar as demonstrações financeiras de uma empresa do Vale dos Sinos, no exercício de 2009 e 2012;
- 3- Analisar, dentro das demonstrações financeiras disponibilizadas, os indicadores econômico-financeiros já convertidos às normas internacionais.
- 4- Verificar o impacto da harmonização, proposta pelos órgãos regulamentadores.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MUDANÇAS NORMATIVAS DE CONTABILIDADE

A Contabilidade, como uma ciência social aplicada, está em constante transformação. De acordo com Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos (2010), somente nos últimos dias de 2007, após pressão iniciada com o antigo Ministro da Fazenda Antônio Palocci e com o empenho do Ministro Guido Mantega, conseguiu-se a aprovação da lei n. 11.638/07 alterando a lei n. 6.404/76, propiciando condições para a convergência às normas internacionais de contabilidade.

Ainda segundo os autores, já era necessária uma série de outras modificações na Lei das S/As, porque no cenário internacional as normas já avançavam. Assim foi emitida a medida Provisória n. 449/08, depois convertida integralmente na lei n. 11.941/09, que introduziu complementos de modificações à Lei das S/As.

Com a lei 11.638 de dezembro de 2007, abre-se caminho para a convergência das normas brasileiras com as normas internacionais, sendo que algumas mudanças já puderam ser percebidas nos balanços anuais de 2008. As demais mudanças, necessárias para esta convergência, tiveram impulso com a normatização da Comissão de valores Mobiliários (CVM).

Deste a sua criação, em meados da década de 70, a lei n. 6.404/1976 surgiu como a solução de questionamentos acerca da maior transparência de procedimentos administrativos nas empresas, época que demandava um aperfeiçoamento em diversas áreas profissionais.

A CVM emitiu comunicado ao mercado esclarecendo a aplicação da lei nº 11.638/2007 destacando, no item V, que em 2008 daria prioridade à elaboração de normas voltadas ao atendimento às mudanças trazidas pela lei, que demandam a edição de normas complementares detalhadas e, também, que as demais alterações necessárias seriam feitas no prazo necessário para atendimento ao que se estabelece a instrução n 457/2007:

De acordo com a INSTRUÇÃO CVM Nº 457, DE 13 DE JULHO DE 2007:

a) a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais, seja em função do aumento da transparência e da confiabilidade nas nossas informações financeiras, seja por possibilitar, a um custo mais baixo, o acesso das empresas nacionais às fontes de financiamento externas;

Tendo a finalidade de alterar e revogar alguns dispositivos da lei nº. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 nasceu a lei 11.638/07, ampliando os mecanismos de registro contábeis com critérios internacionais, mediante instrumentos financeiros, realizando, deste modo, uma contemplação mais dessecada e real do panorama organizacional.

O artigo 5º da lei nº. 11.638/07 alterou a lei nº. 6.385/76, acrescentando o art. 10-A como segue:

Art. 10-A. A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas.

Parágrafo único. A entidade referida no caput deste artigo deverá ser majoritariamente composta por contadores, dela fazendo parte, paritariamente, representantes de entidades representativas de sociedades submetidas ao regime de elaboração de demonstrações financeiras previstas nesta lei, de sociedades que auditam e analisam as demonstrações financeiras, do órgão federal de fiscalização do exercício da profissão contábil e de universidade ou instituto de pesquisa com reconhecida atuação na área contábil e de mercado de capitais.

2.1.1 Normas Contábeis Vigentes

Para que esta convergência ocorresse integralmente, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com a resolução CFC n 1.055/05 e alterações, com o objetivo de estabelecer pronunciamentos referentes aos assuntos que foram objetos da lei n 11.638/2007 (CPV, 2008).

De acordo com o CPC, a necessidade, portanto, de harmonização das normas contábeis passou a fazer parte das preocupações dos principais organismos envolvidos com tais assuntos - como o Conselho Federal de Contabilidade, o IBRACON e a Comissão de Valores Mobiliários - dos quais resultou uma série de medidas já em andamento.

Desde sua criação, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu 46 pronunciamentos, alguns já revisados pela segunda vez, sendo eles:

Em 2007/2008:

- CPC “00”- Pronunciamento conceitual básico- Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações contábeis.

- CPC 01- Redução de valor recuperável de Ativos- “*Impairment*”- nenhum ativo pode ficar por valor maior do que seu valor de venda ou sua capacidade de geração de caixa; recuperação posterior é revertida, exceto no *goodwill*.
- CPC 03- Demonstração dos fluxos de caixa- todos os fluxos de caixa são agrupados em 3 conjuntos de fluxos: das atividades operacionais, das de investimento e das de financiamento.
- CPC 04- Ativo Intangível- Maior restrição ao ativo intangível: saem despesas pré-operacionais, gastos com pesquisa; não há ativo diferido; gastos com desenvolvimentos são ativos, mas com restrição; restrição no registro de intangíveis gerados internamente, contínua vedação de ativação de goodwill gerado internamente, intangíveis sem vida útil definida não são amortizados; softwares com vida própria.
- CPC 05- Divulgação sobre Partes relacionadas- Muda o conceito de parte relacionada, mas voltando à figura de quem controla ou possa ter influência sobre a gestão.
- CPC 06- Operações de Arrendamento Mercantil- Os leasings financeiros são vendas no arrendador e compras de ativos no arrendatário; os operacionais, não.
- CPC 07- Subvenção e Assistência Governamentais- As subvenções para investimento e para custeio transitam pelo resultado, no ato ou posteriormente conforme a situação; algumas podem ser segregadas depois para evitar tributação.
- CPC 08- Custos de transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários- Encargos financeiros incluem custos da transação, como gastos com intermediários, publicações, contratos, viagens etc., apropriados ao longo do tempo; gastos com emissão de ações não são despesas da entidade, reduzindo o patrimônio líquido diretamente.
- CPC 09- Demonstração do Valor Adicionado- Evidencia a geração do valor adicionado (pedaço do PIB criado pela entidade), e como é distribuído entre recursos humanos, capitais de terceiros, capitais próprios e governo.
- CPC 10- Pagamento baseado em ações- 2) *Stock options* são despesas reconhecidas com base no valor justo das opções quando outorgado aos administradores e empregados e distribuídas pelo prazo contratual.
- CPC 11- Contratos de seguros- quando o contrato é de seguro, mesmo que não com seguradora, e como contabilizar.

- CPC 12- Ajuste a Valor Presente- ativos e passivos de longo prazo são ajustados a valor presente (excetos tributos diferidos, e os de curto prazo quando relevante o ajuste).
- CPC 13- Adoção inicial da lei n 11.638/07 e da MP 449/08 (válido somente para 2008).
- CPC 14- Instrumentos financeiros: reconhecimento, Mensuração e Evidenciação- revogado a partir de 2010, transformado na OCPC 03.

Em 2009:

- CPC 15- Combinação de negócios- *Goodwill* (ágio por expectativa de rentabilidade futura), *Goodwill* não é amortizável, sofre baixa por impairment. Desagio é ganho por compra vantajosa e reconhecimento imediato no resultado.
- CPC 16- Estoques- Na produção de estoques, ociosidade é despesa (capacidade normal é base); Lifo (Ueps) não é aceito.
- CPC 17- Contratos de construção- como antes; resultado apurado conforme execução, a não ser que imprevisível o término; prejuízo reconhecido imediatamente.
- CPC 18- Investimento em Coligada e em Controlada, Eliminação de resultado não realizado em transações da investidora para a investida, inclusive coligada, e da controlada para a controladora ou outras controladas; continua o uso da equivalência patrimonial. Demonstração individual com controlada avaliada por equivalência não é aceita pelo IASB, que exige, diretamente, a consolidação (único efetivo problema da convergência).
- CPC 19- Investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto- *Joint Ventures* avaliadas, no individual, pela equivalência. Consolidada proporcionalmente de forma obrigatória; no IASB é opcional manter equivalência mesmo nas demonstrações consolidadas; lucro da investidora na venda para *Joint Ventures* só é reconhecida na parcela de venda para demais investidores, no sentido contrário não há reconhecimento enquanto não realizado.
- CPC 20- Custo de Empréstimos- sem mudança para companhias abertas; juros durante construção integram o custo do ativo produzido a prazo longo.
- CPC 21- Demonstrações Intermediárias- informações trimestrais ao público, p. ex.: só é necessário, como nota, o que difere das demonstrações do final do exercício anterior. Basicamente só para companhia aberta ou que tenha a obrigação estabelecida por órgão regulador próprio;

- CPC 22- Informações por Segmento- Informação por segmento de atividade econômica conforme definida gerencialmente: ativos, passivos, receitas e despesas. Também informações por região geográfica, quando cabível. Basicamente só para companhia aberta ou tenha a obrigação estabelecida por órgão regulador próprio.
- CPC 23- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erros- mudanças de política contábeis e retificação de erro obrigam à rerepresentação das demonstrações anteriores; mudança de estimativa só com efeito prospectivo.
- CPC 24- Eventos Subsequentes- Evento entre balanço e data da autorização para emissão pode retificar balanço se relativo a fato dessa data; caso contrário, não, uma nota pode ser suficiente. Obrigação de informar data em que é autorizada a emissão.
- CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes- Sem mudança; provisões para riscos prováveis (>50%); se possíveis, só nota; se remotos, nada. Ativos contingentes não é ativável, só quando praticamente certo. Custos de desativação são provisionados durante imobilização; gastos com paradas programadas não são provisionáveis, com novos custos ativados e anteriormente baixados.
- CPC 26- Apresentação das Demonstrações Contábeis- criação da Demonstração do Resultado do Abrangente; começa com Lucro líquido, identifica outros resultados abrangentes (variações cambiais do CPC02, variação a valor justo de certos ativos e passivos, *Stock options* (contrapartida da despesa), reavaliação, etc. e reclassificação para resultado. Resultados abrangentes; tudo que modifica o Patrimônio líquido e não é Transação com os Proprietários (aumento/redução, capital, dividendos, compra e venda de ações).
- CPC 27- Ativo Imobilizado- Depreciação com base na vida útil econômica e valor residual de venda. Inclui intangível vinculado ao imobilizado, como softwares sem vida própria.
- CPC 28- Propriedade para Investimentos- novidade; imóveis destinados à renda ou à valorização, mantidos à parte podem ser avaliados a valor justo ou ao custo.
- CPC 29- Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas.
- CPC 30- Receitas- condições de registros da receita (preço objetivo, execução do que, é relevante para consegui-la, capacidade de realização financeira e despesas associadas mensuráveis, aumento do patrimônio líquido). Segregação de vários produtos ou serviços vendidos conjuntamente. Fidelidade de clientes.

- CPC 31- Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operação Descontinuada- ativo circulante destinado à venda transferido para o circulante só quando de certas condições restritas e por não mais do que um balanço; pelo valor original ou valor justo diminuído das despesas de venda, dos dois o menor. Operação descontinuada tem ativos, passivos, receitas e despesas evidenciadas separadamente; na DRE o único valor evidenciado segregadamente.
- CPC 32- Tributos sobre o Lucro- Imposto de renda e contribuição Social apropriado por total competência, e não só quando devido legalmente; sem mudanças. Tributos diferidos não são ajustados a valor presente.
- CPC 33- Benefícios a Empregados- Benefícios a empregados 100% provisionais quando recebido o serviço. Benefícios definidos mensurados a valor presente conforme critério da unidade de crédito projetada. Benefícios durante o emprego por competência. Benefícios no desligamento, só no desligamento ou quando atendidas certas condições.
- CPC 35- Demonstrações Separadas- Quando investimento societário avaliado por valor justo ou custo representa melhor do que equivalência patrimonial ou consolidação. Investimento “com cara de portfólio”.
- CPC 36- Demonstrações Consolidadas- participação minoritária passa a ter a inclusão de sua participação na mais-valia dos ativos. Participação dos não controladores é parte do patrimônio líquido e do lucro líquido, apenas evidenciado à parte. Forte novidade a partir da aquisição do controle, compras ou vendas adicionais junto aos minoritários passam a ser consideradas transações entre sócios, como se fossem ações em tesouraria e não criam ágio novo ou mesmo deságio.
- CPC 37- Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade- como se aplicam as IFRSs pela primeira vez para demonstrações consolidadas totalmente conforme IASB.
- CPC 38- Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração- instrumentos financeiros; se mantidos até o vencimento, registrados pelo custo amortizado; derivativos e instrumentos colocados a venda: pelo valor justo. Alterando o resultado; para venda futura: valor justo, em outro resultado abrangente até venda, no patrimônio líquido, mais juros intrínsecos no resultado; *hedge*, só quando classificados na origem e comprovação da efetividade; baixa de instrumentos financeiros, só quando

transferidos riscos e benefícios. *Impairment* só por perdas efetivas. Derivativos embutidos desmembrados.

- CPC 39- Instrumentos financeiros: Apresentação- Apresentação de Instrumentos financeiros: classificação pela essência; ações resgatáveis são Passivo; debêntures perpétuas participantes no acervo líquido iguais às ações ordinárias ou conversíveis à opção da empresa em PL.
- CPC 40- Instrumentos financeiros: Evidenciação- divulgação de instrumentos financeiros: notas explicativas completas, quadro de análise de sensibilidade.
- CPC 43- Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40- objetivo: demonstrações individuais com mesmo LL e PL que os das consolidadas. Vinculado ao CPC 37.
- CPC 44- Demonstrações Combinadas.
- CPC 45- Divulgação de participação em Outras entidades.
- CPC 46- Mensuração do valor justo.
- Pronunciamento Técnico PME- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas- o conjunto das normas internacionais aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Todos estes pronunciamentos foram emitidos com base nas Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e foram subscritas pelos organismos integrantes do CPC. O Conselho Federal de Contabilidade e a Comissão de Valores Mobiliários subscreveram todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC e, assim, a contabilidade brasileira passa a ser signatária de padrões contábeis internacionais, com interferência nas demonstrações contábeis, que estão apresentadas na sequência.

2.1.2 Estrutura do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício

Conforme Matarazzo (2010), o Balanço Patrimonial é a Demonstração que apresenta todos os bens e os direitos da empresa - Ativo, assim com as obrigações - Passivo, e a diferença entre o Ativo e o Passivo é denominado Patrimônio Líquido.

Neste contexto, o autor complementa que o balanço mostra apenas os fatos registráveis segundo os princípios contábeis, ou seja, os fatos mensuráveis.

Conforme o artigo 178 da lei n 6.404/76, no balanço patrimonial as contas serão agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

Conforme mencionado na lei, o balanço compreende três grupos básicos:

1. ATIVO
2. PASSIVO
3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Segundo Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos (2010), é importante que as contas sejam classificadas no balanço de forma ordenada e uniforme, para permitir uma correta interpretação. Para o Ativo, a classificação em ordem decrescente de grau de liquidez, ou seja, as contas mais rapidamente conversíveis em disponibilidade e, para o Passivo, em ordem decrescente de prioridade de pagamento.

De acordo com o CPC 26, as contas do balanço Patrimonial devem ser incluídas sempre que o tamanho, natureza ou função de um item ou agregação seja relevante na compreensão da posição financeira da empresa.

Por meio dos arts. 178 a 182 da lei n. 6.404/76, a segregação do Ativo e Passivo seguia a estrutura apresentada na Figura 1, antes das alterações introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009.

Figura 1 – Estrutura do Balanço Patrimonial pela Lei 6.404/1976

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Ativo circulante	Passivo Circulante
Ativo Realizável a longo prazo	Passivo Exigível a longo prazo
Ativo Permanente:	Resultado de Exercícios Futuros
<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos • Ativo Imobilizado • Ativo Diferido 	Patrimônio líquido:
	<ul style="list-style-type: none"> • Capital Social • Reserva de Capital • Reservas de Reavaliação • Reservas de Lucro • Lucros ou prejuízos Acumulados

Fonte: Iudícibus, Martins e Gelbcke (1995).

A lei n. 6.404/76 define o Conteúdo da Demonstração do Resultado, que deve ser apresentada de forma dedutiva, com os detalhes das receitas, ganhos e perdas e definindo o lucro ou prejuízo do período líquido do exercício.

Segundo Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos (2010), a lei define com clareza, por meio da Demonstração do Resultado do Exercício, o conceito do lucro líquido, estabelecendo os critérios de classificação de certas despesas.

As mudanças introduzidas pelas novas regras estabelecidas nas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 alteraram a disposição do Balanço Patrimonial, com nova segregação para Ativos e Passivos, conforme apresentado na figura:

Figura 2 – Estrutura do Balanço Patrimonial pela Lei 11.638/2007 E 11.941/2009

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Ativo circulante	Passivo Circulante
Ativo Circulante	Passivo não Circulante
<ul style="list-style-type: none"> • Realizável a Longo Prazo • Investimentos • Imobilizado • Intangível 	Patrimônio Líquido <ul style="list-style-type: none"> • Capital Social • Reserva de Capital • Ajuste de Avaliação Patrimonial • Reservas de Lucro • Ações em tesouraria • Prejuízos acumulados

Fonte: Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos (2010).

No critério aplicado antes das alterações da lei n. 6.404/76, a Demonstração do Resultado do exercício era apresentada conforme Iudícibus, Martins, Gelbcke (1995, pg.36) da seguinte forma:

A lei atual define o conteúdo da Demonstração do Resultado do Exercício, que deverá ser apresentado na forma dedutiva, com detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas e definindo claramente o lucro ou prejuízo líquido do exercício, e por ação, sem confundir-se com a conta lucros Acumulados, onde é feita a distribuição ou alocação do resultado.

O pronunciamento CPC 26, traz a seguinte apresentação do DRE, que deve conter no mínimo as seguintes rubricas:

- Receitas;
- Custos dos produtos, das mercadorias ou produtos vendidos;
- Lucro Bruto;

- Despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;

- Parcela dos resultados das empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência Patrimonial;

- Resultado antes das receitas e despesas financeiras;

- Resultado antes dos tributos sobre o lucro;

- Despesas de tributos sobre o lucro;

- Resultado líquido das operações descontinuadas;

- Valor líquido dos seguintes itens:

- resultado líquido após tributos das operações continuadas;

- resultado após os tributos decorrente da mensuração ao valor justo menos despesas de venda ou na baixa dos ativos ou do grupo de ativos à disposição para venda que constituem a unidade operacional descontinuada.

- Resultado líquido do período.

As Demonstrações Contábeis são parte integrante das informações financeiras divulgadas por uma entidade. O conjunto completo de Demonstrações Contábeis compreende balanço patrimonial, a demonstração do resultado do período, a demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, notas explicativas e a demonstração do valor adicionado (CPC-026, (2011).

2.1.3 Análise das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são o conjunto de informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas anualmente, segundo a lei 6404/76, pela administração de uma sociedade por ações e representa a sua prestação de contas para os sócios e acionistas. A prestação anual de contas é composta pelo Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as notas explicativas que as acompanham, o Parecer dos Auditores Independentes (caso houver) e o Parecer do Conselho fiscal (caso existir).

De acordo com Matarazzo (2010), a análise de Balanços surgiu e desenvolveu-se dentro do sistema bancário que foi, até hoje, o seu principal usuário. Seu início se dá ao final do século XIX, quando os banqueiros americanos passaram a solicitar balanços às empresas tomadoras de empréstimos.

Ainda segundo o autor, no começo do século atual, a literatura começou a mencionar a importância de comparações de dados das demonstrações financeiras, porém, as ideias eram vagas sobre ao que comparar.

Padovezze (2004) cita que a análise de balanço foi desenvolvida para atender as necessidades dos usuários externos, ou seja, pessoas e empresas com algum interesse na empresa estudada. E que a metodologia de análise de balanço, aplicada pela própria empresa, torna-se mais rica em utilidade, porque as informações apresentam-se com maior grau de detalhamento e há um conhecimento mais objetivo das transações e eventos econômicos da empresa.

Matarazzo (2010) ainda menciona que a análise de balanços permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada; permite estimar o seu futuro, suas limitações e potencialidades. E é de primordial importância para quem pretende relacionar-se futuramente com a empresa.

Em análise de Balanços, aplica-se o mesmo raciocínio científico, segundo Matarazzo (pg. 7, 2010):

Extraem-se índices das demonstrações financeiras;

Comparam-se os índices com os padrões;

Ponderam-se as diferentes informações e chega-se a um diagnóstico ou conclusões;

Tomam-se decisões.

A análise de balanço surgiu por motivos eminentemente práticos e mostrou-se, desde logo, instrumento de grande utilidade.

De acordo com Matarazzo (2010), a principal preocupação dos índices de balanço é fornecer avaliações sobre diferentes aspectos da empresa, sem descer a uma maior profundidade.

Seguindo algumas das análises que podem ser feitas com as seguintes técnicas:

- Análise vertical e Horizontal; fundamentalmente inclinam-se ao estudo de tendências.
- Análise do Capital de giro; através dos índices de rotação ou prazos médios (recebimentos, pagamentos e estocagem)
- Análise de rentabilidade; permite ampla decomposição dos elementos que influem na determinação da taxa de rentabilidade de uma empresa.
- Análise de alavancagem financeira; compara o custo de diferentes alternativas de capitais de terceiros com o custo do próprio capital.

- Análise das Demonstrações do fluxo de caixa; analisa sobre a situação financeira da empresa e sobre sua gestão de caixa.

Segundo Padovezze (2004), a análise de balanço, consiste em um processo meditativo sobre os números da empresa para sua futura avaliação, seja ela econômica, financeira, operacional e de rentabilidade.

Na análise financeira, em particular, é feito o uso das demonstrações financeiras notadamente no Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado de exercício, baseando-se na análise da evolução dos números passados com o objetivo de entender a evolução do futuro. Bruni (2011).

2.1.4 Análise Financeira

Padovezze (2004) menciona que os fundamentos dos modelos de análises das demonstrações financeiras estão no próprio sistema contábil, ou seja, para um melhor entendimento dos modelos de análises financeiras, é necessário o conhecimento da geração, classificação e acumulação das informações dentro do próprio sistema contábil.

De acordo com Padoveze (2004), a abrangência da análise financeira estará intimamente ligada aos objetivos dessa análise. A análise poderá ser simplificada e concentrada em determinado item, e maior e com mais escopo, constituindo-se em uma análise de grau significativo de complexidade.

Segundo Matarazzo (2010), os termos precisam ser muito bem definidos, pois, em caso contrário, se poderá chegar a conclusões confusas:

***Econômico:** refere-se a lucro no sentido dinâmico, de movimentação. Estaticamente, refere-se a patrimônio líquido.*

***Financeiro:** refere-se a dinheiro. Dinamicamente, representa a variação de caixa. Estaticamente, representa o saldo de caixa. O termo financeiro tem significado amplo e restrito. Quando encarado de forma restrita, refere-se a caixa; quando seu significado é amplo, refere-se a caixa circulante líquido.*

A análise financeira, segundo Bruni (2011), pode ser empregada para mensurar riscos de créditos, julgar o desempenho ou monitorar para alcançar os objetivos desejados. Podendo obter, com estas análises, diversos objetivos e a busca de informações distintas; mas é preciso torná-la relativa, efetuando comparações com dados passados da empresa.

- Indicadores de liquidez: estudam a solvência ou a capacidade de honrar as obrigações assumidas pela empresa;

- Indicadores de endividamento: também chamados de indicadores de estrutura de capital. Estudam a estruturação das composições de fontes de financiamento assumidas pela entidade e a relação existente entre capitais recebidos pelos sócios e de terceiros, de curto e de longo prazo;
- Indicadores de atividade: analisam o reflexo das atividades operacionais da empresa sobre as demonstrações financeiras. São analisados fatores como prazos concedidos e recebidos pela empresa nas suas operações e os seus impactos sobre ativos, passivos e capital de giro.

Conforme Carneiro (2012), a análise financeira não é meramente análise de demonstrativos financeiros, mas um elemento importante para análise de crédito; levando em conta não somente os demonstrativos, mas outros dados e informações que ofereçam maior abrangência do conhecimento sobre as atividades da empresa. Entre suas análises encontram-se:

- Análise vertical e horizontal;
- Índices financeiros;
- Índices padrões;
- Fluxo de caixa;
- Investimento operacional em giro;
- Modelos quantitativos.

Segundo Bruni (2011), o índice de liquidez geral (ILG) possui propósito de estudar a saúde financeira da empresa no longo prazo, comparando todas as possibilidades de realizações de ativos da empresa. Representando a relação entre os ativos realizáveis de fato, que poderiam ser convertidos em dinheiro como os ativos circulantes e as aplicações realizáveis a longo prazo, com os passivos onerosos, que demandarão o desembolso de recursos financeiros para sua quitação.

$$ILG = \frac{(ATIVO CIRCULANTE + APLICAÇÕES REALIZÁVEIS A LP)}{(PASSIVO CIRCULANTE + PNC)}$$

A análise vertical e horizontal ajuda a extrair informações iniciais das demonstrações financeiras, as quais podem ser complementadas pela análise dos indicadores econômicos e

financeiros, que envolvem métodos de cálculos e a interpretação de indicadores sintéticos que, segundo Bruni (2011), podem ser apresentados em alguns grupos principais:

O autor descreve o índice de liquidez corrente, como a análise da solvência de curto prazo e a análise de contas dos ativos e passivos, relacionando as disponibilidades e obrigações de curto prazo. Convencionalmente, é apresentada pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante, verificando a capacidade da empresa de pagar suas obrigações correntes (ou circulantes ou de curto prazo).

$$\text{ILC} = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

Bruni (2011) cita ainda o índice de liquidez seca, que subtrai dos ativos circulantes os valores registrados no estoque. Representando o quanto a empresa possui a realizar no curto prazo, sem considerar a venda dos estoques.

$$\text{ILS} = (\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}) / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

O índice de liquidez imediata (ILI) representa, ainda seguindo Bruni (2011), o valor que dispõe imediatamente para salvar dívida de curto prazo. Sendo o ILI um índice bastante conservador, onde o numerador representa os fundos imediatamente disponíveis e o denominador equivale às obrigações com vencimentos de 30, 60, 90... Até 360 dias.

$$\text{ILI} = \text{DISPONIBILIDADES} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

De acordo com Matarazzo (2010) o índice de endividamento, também chamado de índice de participação de terceiros, mede a relação existente entre capital de terceiros e capital próprio.

Este índice expressa a percentagem que o endividamento representa sobre os fundos totais, ou a percentagem do ativo total financiada com recursos de terceiros.

$$\text{IE} = \text{CAPITAL DE TERCEIROS} / (\text{CAPITAL DE TERCEIROS} + \text{PATRIMONIO LIQUIDO}) = \text{CAPITAL DE TERCEIROS} / \text{ATIVOS}$$

Matarazzo (2011) descreve o índice de participação de capital de terceiros como o índice que representa o quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 100 de capital próprio investido, ou seja, quanto menor, melhor.

$$\text{IPCT} = (\text{CAPITAIS DE TERCEIROS} / \text{PATRIMONIO LIQUIDO})$$

O índice de composição do endividamento indica, segundo Matarazzo (2011), qual o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, quanto menor, melhor.

$$\text{ICE} = (\text{PASSIVO CIRCULANTE} / \text{CAPITAL DE TERCEIROS})$$

Ainda, segundo o autor, o índice de imobilização do patrimônio líquido indica quanto a empresa aplicou no ativo Permanente para cada R\$ 100 de patrimônio líquido. Quanto menor, melhor.

$$\text{IIPL} = \text{ATIVO PERMANENTE} / \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$$

Para o índice Giro do ativo, representa quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total. Quanto maior, melhor.

$$\text{GIRO DO ATIVO} = \text{VENDAS LIQUIDAS} / \text{ATIVO}$$

Para Bruni (2011), uma etapa da análise das demonstrações contábeis faz referência ao estudo de medidas da *performance* de atividades operacionais da empresa, como aquelas relacionadas às compras, vendas, pagamentos e recebimentos. Como os índices de giros e prazos a seguir:

Índice de giro dos ativos IGA: analisa a relação entre as vendas líquidas e os ativos da empresa.

Índice de giro de estoques (IGE): busca identificar quantas vezes em um ano o estoque se renovou pelas vendas. Quanto maior a rotatividade, melhor.

$$\text{IGE} = \text{CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS} / \text{ESTOQUES}$$

O índice de giro de clientes (IGC) expressa quantas vezes, em um ano, a conta de clientes (contas a receber) renovou por causa das operações da empresa. Quanto maior, mais dinâmica a situação da empresa.

$$\text{IGC} = \text{VENDAS LÍQUIDAS} / \text{CLIENTES}$$

O índice de retorno sobre o investimento, mais conhecido como ROI, é, provavelmente, o mais importante indicador de análise contábil financeira. Representa a relação entre os resultados da entidade e o volume de recursos investidos por sócios e terceiros.

$$\text{ROI} = (\text{LUCRO LÍQUIDO} / \text{ATIVO TOTAL}) * 100$$

Índice de retorno sobre o patrimônio líquido, ou ROE, expressa os resultados da gerencia na gestão de recursos próprios e de terceiros, em benefícios dos acionistas. Refere-se ao lucro líquido anual da empresa dividido pelo seu patrimônio. É o retorno sobre o capital investido pelos acionistas.

2.1.5 Análise Econômica

De acordo com Matarazzo (2004), as transações dos eventos econômicos caracterizam-se no sistema de informação contábil e, o conceito de evento econômico, é similar ao conceito de fato administrativo ou fato contábil. Portanto, os principais eventos econômicos representam as principais atividades da empresa. Exemplificando: o evento econômico compra é desenvolvido normalmente no setor de suprimentos, ou seja, o evento de venda é desenvolvido dentro de um fato administrativo da empresa.

Conforme Matarazzo (2004), alguns indicadores de análise de balanço evidenciam os principais eventos econômicos, permitindo inferir uma análise econômico-financeira da empresa em seus aspectos de solvência, patrimônio e rentabilidade. Os eventos econômicos são apresentados de forma sequencial e cumulativa, permitindo estruturar resumidamente os valores dos dois relatórios contábeis principais, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício.

Segundo Bruni (2011), a análise econômica pode ser apresentada nos seguintes indicadores:

- Indicadores de lucratividade: analisam os ganhos relativos da operação em função do seu volume de vendas, podendo considerar os custos, os ganhos operacionais ou todos os gastos;
- Indicadores de rentabilidade: estudam a remuneração relativa das fontes de capital da empresa, representadas pelas fontes totais, sócios e terceiros, ou apenas sócios.

Como rentabilidade do ativo é quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100 de investimento total. Quanto maior, melhor.

$$\text{RENTABILIDADE DO ATIVO} = \text{LUCRO LÍQUIDO} / \text{ATIVO} * 100$$

Como índices de rentabilidade, Matarazzo (2011) menciona a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto rendeu os investidores, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa.

A rentabilidade do patrimônio líquido é quanto a empresa obteve de lucro para cada R\$ 100 de capital próprio investido. Quanto maior, melhor.

$$\text{RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = \text{LUCRO LÍQUIDO} / \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} * 100$$

Matarazzo (2011), ainda cita como índice de lucratividade a margem líquida, quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100 vendidos. Quanto maior, melhor.

$$\text{MARGEM LIQUIDA} = \text{LUCRO LÍQUIDO} / \text{VENDAS LÍQUIDAS} * 100$$

Margem Bruta (MB), a lucratividade bruta, ou seja, a capacidade da empresa em transformar receitas em lucro bruto. É a relação percentual de participação do lucro bruto nas vendas líquidas.

$$\text{MARGEM BRUTA} = \text{LUCRO BRUTO} / \text{VENDAS LÍQUIDAS} * 100$$

Margem Operacional (MO), ou lucratividade operacional, demonstra a capacidade da empresa em transformar receitas em lucro operacional. É a relação percentual de participação do lucro operacional nas vendas líquidas.

$$\text{MARGEM OPERACIONAL} = \text{LUCRO OPERACIONAL} / \text{VENDAS LÍQUIDAS} * 100$$

Concluída a apresentação dos índices econômicos e Financeiros, conclui-se a revisão teórica do estudo. Na sequência apresenta-se a Metodologia utilizada no estudo desenvolvido.

2 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa classifica-se como quantitativa, pois analisa os indicadores financeiros das demonstrações financeiras de uma empresa de característica LTDA (limitada) situada no vale dos Sinos RS.

Segundo da Silva (2006), no método quantitativo coletam-se dados enfatizando os números (as informações são convertidas em números), que permitem verificar a ocorrência ou não das consequências, e daí a aceitação ou não das hipóteses. Utilizando a estatística ou outras técnicas matemáticas.

Em relação à natureza, uma vez que aborda a situação real em que analisa as demonstrações financeiras, considera-se como uma pesquisa aplicada.

No que tange à interpretação e análise de dados, a pesquisa assume características descritivas, uma vez que descreve e analisa os indicadores financeiros e econômicos da empresa estudada, em dois períodos distintos, considerando a aplicação ou não de padrões contábeis internacionais.

3.2 DEFINIÇÃO DA UNIDADE ANÁLISE

Para a análise dos dados, foram estudadas as demonstrações contábeis de uma empresa¹ situada em São Leopoldo, do ramo têxtil. A empresa possui, em São Leopoldo, 35 funcionários; tendo outras unidades distribuídas na América Latina e Europa, mas por ser uma empresa controlada, os dados são consolidados apenas na matriz na Suíça.

Os dados para análises, disponibilizados pela empresa foram: seus balanços e as demonstrações do resultado do exercício.

Das demonstrações financeiras, disponibilizadas pela entidade, foram desenvolvidos cálculos para a análise dos indicadores financeiros.

¹ Por solicitação da entidade pesquisada, os relatórios disponibilizados devem ser mantidos em sigilo, bem como todas as demonstrações contábeis, análises gerenciais e identificação da empresa no presente estudo.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Para a análise dos dados da empresa estudada, foram calculados indicadores financeiros e econômicos a partir das demonstrações financeiras da Empresa selecionada.

Para a avaliação, foram analisados relatórios escritos para os seguintes indicadores: índices de liquidez, endividamentos, participação de capital de terceiros, imobilização do capital próprio, imobilização dos recursos não correntes, prazos médios, rentabilidades e participação do patrimônio líquido do período 12/2009 e 12/2012, para a verificação do impacto do IFRS no primeiro ano de convergência.

Para a análise dos indicadores financeiros e verificação do impacto da IFRS nas demonstrações financeiras, foram observados os relatórios: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos exercícios referentes aos exercícios 2009 e 2012.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos indicadores financeiros da empresa em questão e verificação do impacto da IFRS nas demonstrações financeiras, foram observados os relatórios: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos exercícios referentes ao exercício 2009 e 2012.

Para a análise dos indicadores econômicos da organização, calculadas a partir dos dados apresentados, utilizou-se a técnica dos cálculos dos principais indicadores: Liquidez corrente, liquidez seca, liquidez geral, endividamento, imobilização do investimento total, imobilização do capital próprio, rentabilidade do investimento, rentabilidade do capital próprio e capital de giro próprio, prazos médios comparados com o exercício de 2011, sendo que, segundo Assaf Neto (2003), a análise de uma empresa é feita fundamentalmente através de comparações.

Realizou adaptações nas Demonstrações Contábeis:

2009 - As demonstrações financeiras de 2009 foram convertidas para o novo padrão internacional, para que as análises comparativas pudessem ser feitas.

2012 - No período de 2012, as Demonstrações Financeiras já possuíam o formato novo da lei 11.941/2009, por este motivo, foi ajustado para as leis brasileiras (BRGAAP) a fim de efetuar a análise comparativa. Calcularam-se os índices para análises comparativas.

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO E ESTUDO

Como limitação do método pôde-se mencionar o fato de que a pesquisa se propõe a analisar os indicadores econômico-financeiros de uma empresa do Vale dos Sinos, com base nas demonstrações econômico-financeiras disponibilizada pela instituição no modelo IFRS e BRGAAP e, este modelo, pode não apresentar todas as informações necessárias para análise pretendida.

Além disso, os resultados deste estudo refletem apenas a realidade da Empresa durante o período analisado.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A empresa estudada está situada em São Leopoldo e sua principal atividade é venda de Máquinas e produtos Têxteis, assim como a assistência técnica de suas máquinas. A mesma possui 35 funcionários, tendo outras unidades distribuídas na América Latina e Europa, mas por ser uma empresa controlada, os dados são consolidados apenas na matriz com sede na Suíça.

Para a análise das demonstrações financeiras do período de 2009, desta organização, realizou-se primeiramente a padronização de suas demonstrações. Assim, inicialmente a separação do Ativo circulante e Ativo não circulante, Passivo circulante e Passivo não circulante.

As contas a seguir foram revisadas e sofreram alterações para a análise proposta:

- Contas a receber: são registrados inicialmente a valor justo e subseqüente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perda para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, com base na experiência de inadimplência. Regime de competência, data que mercadoria chegou ao destino.
- Estoques: registrados a custo médio, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo), que não excede seu valor de realização líquido.
- Imobilizado - Intangível: demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada, havendo reavaliação da vida útil e prazo de depreciação.
- Fornecedores: reconhecidos pelo valor nominal e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas até as datas dos balanços.

Na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no período de 2009, iniciou-se a padronização pela Receita líquida, desconsiderando as Receitas Brutas e as respectivas deduções das receitas. Na DRE, originalmente elaborada conforme a BR GAAP, separaram-se as contas de Resultado financeiro e outras líquidas das despesas (Receitas) operacionais e, criou-se a conta de despesas financeiras. O grupo de resultado não operacional não é mais apresentado e as contas passaram a pertencer à conta outras despesas operacionais.

Os ajustes deste período foram contabilizados na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

No exercício de 2012 os ajustes continuaram, na sua maioria, os mesmos; havendo mudanças nos registros das vendas, onde passaram a ser registradas pelo regime de competência.

4.1 ANÁLISE DOS INDICADORES ECONOMICOS FINANCEIROS

Para a análise dos indicadores financeiros, foram utilizados os Balanços Patrimoniais e Demonstração do Resultado do Exercício do período de 2009 e 2012, analisados nos quadros a seguir.

Foram desenvolvidos ajustes nas demonstrações financeiras do período de 2009 para adaptar às novas normas internacionais e, assim, serem feitas as análises. No período de 2012, o balanço foi elaborado nas duas normas BR GAAP e IFRS.

4.1.1 Análise dos indicadores

Para a análise dos indicadores financeiros, foi elaborado o seguinte quadro:

Os dados foram obtidos por meio de índices dos grupos de liquidez, endividamento, margens e índices de atividades, calculados com base nas demonstrações financeiras elaboradas sob BR GAAP e IFRS.

Com relação aos indicadores do grupo de liquidez apresentados na Tabela 1, percebe-se que no índice de liquidez imediata observou-se uma pequena redução (-0,035), quando as demonstrações contábeis foram convertidas aos padrões IFRS. A diminuição deste índice indica um menor percentual de ativos de relativa liquidez em relação a dívida total da empresa. Os demais índices de liquidez não apresentaram mudanças, mesmo com a adaptação das demonstrações contábeis as IFRS.

Também a partir da Tabela 1, relativa ao exercício de 2009, pode-se observar que o indicador de participação de capital de terceiros, apresentou uma diminuição (-0,434), permitindo verificar uma melhora neste índice sob os padrões IFRS, diminuindo a participação de capital de terceiros em relação ao capital próprio investido.

Tabela 1- Indicadores financeiros exercício 2009.

Indicadores	Exercício de 2009		Diferença
<u>Liquidez</u>	<u>BR GAAP</u>	<u>IFRS</u>	<u>(IFRS-BRGP)</u>
Liquidez Imediata	0,147	0,112	-0,035
Liquidez corrente	1,061	1,061	0,000
Liquidez seca	0,224	0,223	0,000
Liquidez geral	0,686	0,685	0,000
<u>Endividamento</u>	<u>BR GAAP</u>	<u>IFRS</u>	<u>(IFRS-BRGP)</u>
Participação de capital de terceiros	4,284	3,850	-0,434
Endividamento	0,804	0,787	-0,017
Composição do endividamento	0,637	0,635	-0,001
Imobilização do Patrimônio Líquido	2,348	2,212	-0,136
<u>Atividades</u>	<u>BR GAAP</u>	<u>IFRS</u>	<u>(IFRS-BRGP)</u>
Giro do Ativo	4,214	4,169	-0,046
Giro de estoques	8,344	8,359	0,015
Giro de clientes	184,358	187,835	3,477

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da empresa.

Em relação aos índices de endividamento e composição do endividamento, percebe-se também uma queda no indicador calculado (-0,017) e (-0,001) respectivamente. Percebe-se assim, também, uma melhora neste índice sob as normas IFRS, uma vez que representam um menor percentual de dívida de curto prazo em relação a dívida total da empresa.

Para o índice Imobilização do patrimônio líquido no período de 2009, a empresa apresentou uma diminuição (-0,136). Esta queda reflete uma diminuição da Imobilização sob as normas IFRS, já que reduz o percentual de capital próprio investidos nos ativos imobilizados e intangíveis da empresa.

Com relação aos indicadores de atividades, o Giro do ativo apresentou uma pequena queda (-0,046) no período de 2009, quando calculados sob os padrões IFRS, pois este índice analisa a relação entre as vendas líquidas e os ativos da empresa.

O índice de giro de estoques apresentou, em 2009, um pequeno aumento (0,015), resultado que apresenta uma melhora sob os padrões IFRS, pois este indicador busca identificar quantas vezes, em um ano, o estoque se renovou pelas vendas. Quanto maior a rotatividade, melhor.

Para o índice de giro de clientes, a empresa apresentou um aumento (3,477) quando calculada nos padrões IFRS; este índice expressa quantas vezes, em um ano, a conta de

clientes (contas a receber) renovou por causa das operações da empresa. Quanto maior, mais dinâmica a situação da empresa.

A Tabela 2, a seguir, apresenta a análise do impacto dos indicadores financeiros no período de 2012, comparativamente entre as normas BR GAAP e IFRS.

Quadro 1- Indicadores financeiros exercício 2012.

Indicadores	Exercício de 2012		Diferença
	BR GAAP	IFRS	(IFRS-BRGP)
<u>Liquidez</u>			
Liquidez Imediata	0,143	0,155	0,012
Liquidez corrente	2,068	1,878	-0,190
Liquidez seca	1,289	1,115	-0,173
Liquidez geral	0,889	0,771	-0,117
<u>Endividamento</u>			
Participação de capital de terceiros	10,124	7,142	-2,982
Endividamento	0,910	0,877	-0,033
Composição do endividamento	0,422	0,402	-0,020
Imobilização do Patrimônio Líquido	2,129	-3,097	-5,225
<u>Atividades</u>			
Giro do Ativo	2,603	2,596	-0,007
Giro de estoques	5,498	5,962	0,464
Giro de clientes	6,865	9,343	2,478

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da empresa.

Os dados de 2012 também foram obtidos por meio de índices dos grupos de liquidez, endividamento, margens e índices de atividades, calculados com base nas demonstrações financeiras elaboradas sob BR GAAP e IFRS.

Com relação aos indicadores do grupo de liquidez, percebe-se que para o índice de liquidez imediata apresentou um aumento (0,012), quando calculadas sob os padrões IFRS. O aumento deste índice indica um maior percentual de ativos de relativa liquidez em relação a dívida total da empresa.

Quanto ao índice de liquidez corrente, a empresa apresenta uma pequena queda (-0,190) quando calculada sob os padrões IFRS, indicando, para o curto prazo, uma menor participação dos ativos em relação aos passivos.

O índice de liquidez seca demonstrou queda no valor calculado (-0,173) sob IFRS. Este fato reflete uma piora nos resultados, pois diminui a proporção de ativos de alta liquidez em relação às obrigações de curto prazo da empresa.

Com relação ao índice de liquidez geral, a empresa também demonstrou uma pequena queda (-0,117), este índice compara todas as possibilidades de realizações de ativos da empresa; dos ativos realizáveis de fato, que poderiam ser convertidos em dinheiro como os ativos circulantes e as aplicações realizáveis a longo prazo; com os passivos onerosos, que demandarão o desembolso de recursos financeiros para sua quitação.

O indicador de participação de capital de terceiros apresentou, conforme a tabela 2, também uma diminuição (-2,982), permitindo verificar uma melhora nos resultados sob padrões IFRS, pois diminui a participação de capital de terceiros em relação ao capital próprio investido.

Em relação aos índices de endividamento e composição do endividamento, percebe-se também uma queda no valor calculado (-0,033) e (-0,020) respectivamente, conforme a tabela 2. Também demonstrando uma melhora sob as normas IFRS, uma vez que representam um menor percentual de dívida de curto prazo em relação a dívida total da empresa.

Para o índice Imobilização do patrimônio líquido, a empresa apresentou uma diminuição (-5,225). Refletindo um resultando satisfatório sob IFRS, já que reduz o percentual de capital próprio investidos nos ativos imobilizados e intangíveis da empresa.

Com relação aos indicadores de atividades, o Giro do ativo apresentou uma pequena queda (-0,007) no período de 2009, apresentando então uma pequena piora no resultado quando calculados sob IFRS, pois este índice analisa a relação entre as vendas líquidas e os ativos da empresa.

O índice de giro de estoques apresentou em 2009 um aumento (0,0464), resultado que apresenta uma melhora sob IFRS, pois este indicador busca identificar quantas vezes em um ano o estoque se renovou pelas vendas. Quanto maior a rotatividade, melhor.

Para o índice de giro de clientes, a empresa apresentou um aumento (2,478) quando calculada nos padrões IFRS, isso aponta uma melhora, pois este índice expressa quantas vezes em um ano a conta de clientes (contas a receber) renovou por causa das operações da empresa. Quanto maior, mais dinâmica a situação da empresa.

4.1.2 ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS

A tabela 3 apresenta a análise dos indicadores econômicos, analisados comparativamente entre as normas BR GAAP e IFRS, no período de 2009.

Tabela3- Indicadores financeiros exercício 2009.

Indicadores	Exercício de 2012		Diferença
	BR GAAP	IFRS	
<u>Rentabilidade</u>			
Rentabilidade do Ativo	0,088	0,086	-0,002
Rentabilidade do Patrimônio líquido	0,467	0,420	-0,047
<u>Margens</u>			
Margem líquida	0,011	0,011	0,000
Margem Bruta	0,153	0,153	0,000
Margem Operacional	0,021	0,021	0,000

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da empresa.

Para o índice Rentabilidade do Ativo, conforme a tabela 3, a empresa apresentou uma pequena queda (-0,002) nos resultados sob os padrões IFRS, isto indica uma piora, pois este índice demonstra o quanto a empresa obtém de lucro para cada investimento.

Para o índice de Rentabilidade do Patrimônio líquido, percebe-se para este índice, também uma queda (-0,047) nos valores apresentados na tabela 3, refletindo em uma piora nos resultados IFRS. A menor relação entre o lucro e o patrimônio líquido representa uma menor capacidade de remunerar o capital próprio, a partir da rentabilidade da operação da empresa.

Para os indicadores de margem líquida, margem bruta e margem operacional, a empresa não apresentou alteração no período, pois as receitas de vendas somente sofreram alteração em sua contabilização a partir do período de 2011.

A tabela 4 apresenta a análise dos indicadores econômicos, analisados comparativamente entre as normas BR GAAP e IFRS, no período de 2012.

Para o índice Rentabilidade do Ativo, conforme a tabela, a empresa apresentou um aumento (3,709) nos resultados sob os padrões IFRS, isto indica uma melhora, pois este índice demonstra o quanto a empresa obtém de lucro para cada investimento.

Tabela4- Indicadores financeiros exercício 2012.

Indicadores	Exercício de 2012		Diferença
	BR GAAP	IFRS	(IFRS-BRGP)
<u>Rentabilidade</u>			
Rentabilidade do Ativo	-4,090	-0,380	3,709
Rentabilidade do Patrimônio líquido	-45,494	-3,097	42,397
<u>Margens</u>			
Margem líquida	-1,571	-0,146	1,424
Margem Bruta	36,759	38,180	1,421
Margem Operacional	-1,571	-0,146	1,424

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da empresa.

Para o índice de Rentabilidade do Patrimônio líquido percebe-se, para este índice, também um considerável aumento (42,397 pontos percentuais) nos valores apresentados na tabela 4, o que reflete uma melhora nos resultados IFRS. A menor relação entre o lucro e o patrimônio líquido representa uma menor capacidade de remunerar o capital próprio, a partir da rentabilidade da operação da empresa.

Para os indicadores de margem líquida, margem bruta e margem operacional, a empresa registrou aumentos nos mesmos de (1,424), (1,421) e (1,424) pontos percentuais respectivamente. Estes indicadores revelam a capacidade da empresa em transformar suas receitas em lucros e traduzem-se na relação percentual de participação do lucro nas vendas líquidas.

Com base nestas análises, pode-se inferir que a adoção nas Normas Internacionais de Contabilidade do IASB, teve impacto mais relevante no resultado da empresa, melhorando as margens de lucratividade.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu verificar se as demonstrações financeiras elaboradas, sob os padrões IFRS, apresentam divergências nos valores dos indicadores econômico-financeiros em relação àquelas preparadas sob as normas brasileiras (BR GAAP) e, se as variações encontradas são significativas dentro da amostra analisada. A amostra foi composta por 11 indicadores financeiros e 5 indicadores econômicos, analisados com base nas demonstrações financeiras do período de 2009 a 2012.

No período de 2009, ano de transição de BR GAAP para IFRS, a empresa apresentou queda na maioria dos indicadores financeiros analisados, liquidez imediata (-0,035), participação de capital de terceiros (-0,434), endividamento (-0,017), composição do endividamento (-0,001) e imobilização do patrimônio líquido (-0,136). Convertidos para as normas IFRS, somente no indicador giro de clientes a empresa apresentou um aumento (3,477).

Para os indicadores econômicos no período de 2012, a empresa apresentou queda nos indicadores calculados, rentabilidade do ativo (-0,002) e rentabilidade do patrimônio líquido (-0,047). Os indicadores de margens não apresentaram alterações.

Em relação ao período de 2012, a empresa apresentou as demonstrações nos padrões internacionais e IFRS, demonstrando queda em 8 de seus indicadores financeiros analisados (acho que tu quer dizer analisados) liquidez corrente (-0,190), liquidez seca (-0,173), liquidez geral (-0,117), participação de capital de terceiros (-2,982), endividamento (-0,033), composição do endividamento (-0,020), imobilização do patrimônio líquido (-5,225) e giro do ativo (-0,007), convertidos para as normas IFRS. Os indicadores de liquidez imediata (0,012), giro de estoques (0,464) e giro de clientes (2,478) apresentaram um aumento.

Conclui-se, portanto, que para a empresa analisada, com base nos padrões nacionais e internacionais, provocou variações na maioria dos seus indicadores. Contudo, a maior parte dos índices avaliados apresentou diminuição nas análises, sob os padrões IFRS. As diferenças ocorridas entre os dois padrões não prejudicam a comparabilidade das informações pelos usuários, pois as maiorias dos índices calculados não demonstraram significância nas variações, somente os indicadores: capital de terceiros, imobilização do patrimônio líquido e giro de clientes apresentaram uma maior significância nas análises apresentadas.

Em virtude do perfil da organização estudada ser de pequeno porte, talvez tenha influenciado para a significância das variações em seus indicadores.

REFERÊNCIAS

- MATARAZZO, Dante Carmine; *Análise Financeira de Balanços*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- CARNEIRO, Osmar S. *Análise econômica-financeiro de pessoa jurídica*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.
- BRUNI, Adriano L. *A análise contábil e financeira*.v. 4, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- JUNIOR, José H. Perez; OLIVEIRA, L. de Oliveira. *Contabilidade Avançada- textos e teses com respostas*. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MATARAZZO, Dante Carmine; *Análise Financeira de Balanços, Abordagem básica e gerencial*.6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, E. Rubens; SANTOS, Ariovaldo. *Manual de Contabilidade Societária. De acordo com as normas internacionais e do CPC*. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, E. Rubens. *Manual de Contabilidade Societária. Aplicável também às demais sociedades*, 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Disponível em <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 25 jul. 2013.
- IBRACON(Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). Disponível em <<http://www.ibracon.com.br>>. Acesso em: 05 jul. 2013.
- Lei das Sociedades por Ações: Lei no. 6.404, de 15-12-1976, Lei no. 10.303 de 31-10-2001, que altera e acrescenta dispositivos à Lei no. 6.404, de 15-12-1976. 29.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- FASB. (*Financial Accounting Standards Board*.) Disponível em: <www.fasb.org>. Acesso em: 27 jul. 2013.
- ASSAF NETO, A. *Finanças corporativas e valor*. São Paulo: Atlas, 2003.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Normas Brasileiras de contabilidade. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

PADOVEZE, C. Luis; BENEDICTO, Análise das Demonstrações Financeiras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BRASIL.. Lei nº 11.637 de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Lei/L11637.htm. Acesso em 02 de abril de 2013.

_____. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre Sociedades por ações. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm. Acesso em 02 de abril de 2013.

BEUREN, Ilse M; BRANDÃO, Juliana F. *Demonstrações Contábeisno MERCOSUL*. São Paulo: Atlas. 2001.

ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL 2009

XX					
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2009- CONCILIAÇÃO ENTRE CRITÉRIOS CONTÁBEIS ANTERIORES E O IFRS					
ATIVO			PASSIVO		
	2009	Ajustes		2009	Ajustes
	R\$	R\$		R\$	R\$
ATIVO TOTAL.....	5.541.585	5.602.147	PASSIVO TOTAL.....	5.491.725	5.602.147
ATIVO CIRCULANTE.....	3.004.378	2.997.812	PASSIVO CIRCULANTE.....	2.831.360	2.824.815
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	415.681	315.600	FORNECEDORES.....	2.440.612	2.434.067
INVESTIMENTOS FINANCEIROS CP.....	-	100.081	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS.....	58.063	58.063
CONTAS A RECEBER.....	126.675	124.330	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	233.672	233.672
ESTOQUES.....	2.370.761	2.366.540	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.725	22.725
TRIBUTOS A RECUPERAR.....	50.454	50.454	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	76.288	76.288
OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	40.807	40.807			
ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	2.537.207	2.653.186	PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....	1.622.265	1.622.265
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO.....	49.860	49.860	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	1.463.083	1.463.083
DEPOSITOS JUDICIAIS.....	49.860	48.851	PROVISÕES.....	48.626	48.626
IMOBILIZADO.....	2.433.486	2.542.220	CONTIGENCIAS.....	110.556	110.556
INTANGIVEL.....	4.001	12.255			
OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES.....	-		PATRIMONIO LIQUIDO.....	1.038.100	1.155.067
			CAPITAL SOCIAL REALIZADO.....	601.708	601.708
			LUCROS PREJUIZOS ACUMULADOS.....	180.500	180.500
			RESERVAS DE LUCROS.....	255.892	255.892
			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....	-	116.967,00

ANEXO B – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2009

XX		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		
(Reais Mil R\$)		
	2010	2009
	Saldo Acumulado	Saldo Acumulado
RECEITA OPERACIONAL BRUTA.....	26.352.360	30.980.341
Venda de Produtos e Prestação de Serviços.....	26.352.360	30.980.341
DEDUÇÕES DA RECEITA.....	-7.272.846	-7.626.787
Impostos sobre as Vendas.....	-6.987.824	-6.734.957
Deduções e Abatimentos.....	-285.022	-891.831
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	19.079.514	23.353.554
Custos das Mercad. Vendidas e dos Serv. Prestados.....	-13.166.891	-19.781.859
LUCRO BRUTO.....	5.912.623	3.571.694
DESPESAS/ RECEITAS OPERACIONAIS.....	-5.074.898	-4.235.343
Despesas com vendas.....	-2.224.425	-1.852.324
Despesas Gerais Administrativas.....	-2.179.968	-1.607.848
Outras Despesas / Receitas Operacionais.....	-670.505	-775.171
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....	837.725	-663.649
Despesas Financeiras.....	-1.278.160	-388.874
Receitas Financeiras.....	986.724	1.537.736
RESULTADO OPERACIONAL.....	546.289	485.213
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS S/LUCRO.....	546.289	485.213
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	-74.260	-229.321
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido.....	-180.387	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	291.642	255.892

ANEXO C – BALANÇO PATRIMONIAL 2012

XX					
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2012- CONCILIAÇÃO ENTRE CRITÉRIOS CONTÁBEIS ANTERIORES E O IFRS					
ATIVO			PASSIVO		
	2012 BRGAAP R\$	2012 IFRS R\$		2012 BRGAAP R\$	2012 IFRS R\$
ATIVO TOTAL	6.782.327	6.801.415	PASSIVO TOTAL	6.782.327	6.801.415
ATIVO CIRCULANTE	5.389.323	4.507.323	PASSIVO CIRCULANTE	2.606.387	2.399.842
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	371.679	371.679	FORNECEDORES.....	1.917.640	1.711.095
INVESTIMENTOS FINANCEIROS CP.....	-	-	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS.....	113.443	113.443
CONTAS A RECEBER.....	2.572.102	1.890.102	OBRIGAÇÕES FISCAIS.....	146.104	146.104
ESTOQUES.....	2.030.986	1.830.986	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-
TRIBUTOS A RECUPERAR.....	412.056	412.056	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	429.200	429.200
OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	2.500	2.500	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.566.258	3.566.258
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.393.004	2.294.092	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	-	-
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO.....	95.191	95.191	PROVISÕES.....	2.972.579	2.972.579
DEPOSITOS JUDICIAIS.....	95.191	95.191	CONTIGENCIAS.....	120.765	120.765
IMOBILIZADO.....	1.275.016	2.176.104	IMPOSTO DE RENDA E CSLL DIFERIDO	472.914	472.914
INTANGIVEL.....	22.797	22.797	PATRIMONIO LIQUIDO	609.682	835.315
OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES.....	-	-	CAPITAL SOCIAL REALIZADO.....	601.708	601.708
			RESERVAS DE LUCROS.....	7.974	233.607
			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....	-	-

ANEXO D – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2012

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		
(Reais Mil R\$)		
	2012	2012 IFRS
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	23.365.586	23.365.586
Venda de Produtos e Prestação de Serviços.....	23.365.586	23.135.586
		0
DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.707.980	-5.706.480
Impostos sobre as Vendas.....	-5.252.393	-5.250.893
Deduções e Abatimentos.....	-455.587	-455.587
		0
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17.657.606	17.659.106
Custos das Mercad. Vendidas e dos Serv. Prestados.....	-11.166.891	-10.916.891
		0
LUCRO BRUTO	6.490.715	6.742.215
DESPESAS/ RECEITAS OPERACIONAIS	-6.476.646	-6.476.646
Despesas com vendas.....	-2.226.173	-2.226.173
Despesas Gerais Administrativas.....	-3.579.968	-3.579.968
Outras Despesas / Receitas Operacionais.....	-670.505	-670.505
		0
		0
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	14.069	265.569
Despesas Financeiras.....	-1.278.160	-1.278.160
Receitas Financeiras.....	986.724	986.724
		0
RESULTADO OPERACIONAL	-277.367	-25.867
		0
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS S/LUCRO	-277.367	-25.867
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	0	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido.....	0	0
		0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-277.367	-25.867